



ANAIIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO
ISBN 978-85-65957-00-7

Periódicos Feministas do Século XIX: Um Chamado à Resistência Feminina

Cássia Regina da Silva Rodrigues de Souza¹

O universo feminino tem se tornado, nos últimos anos, objeto de interesse não somente dos meios acadêmicos, mas de órgãos ligados à pesquisa, imprensa, literatura e bem como de outros. Isso deve-se, principalmente, às conquistas do Movimento Feminista e de esforços de anônimos que, de forma alguma, devem ser negligenciados.

No que se refere às Ciências Humanas, isso se deu em virtude da emergência da História Cultural introduzida pela Escola dos Annales e a mudança de foco proporcionada por ela ao direcionar suas análises para o estudo das identidades de grupos sociais invisíveis até então na perspectiva de uma história tradicional. A análise da “história vista de baixo”, termo utilizado por Edward Thompson, permitiu a aparição de diversos sujeitos, entre eles, as mulheres.

A consolidação de uma “História das Mulheres” ocorreu nos fins da década de 1960, diante da necessidade da criação de grupos de reflexão e debates e da implantação de cursos. No entanto, seu reconhecimento a nível institucional sucedeu somente em 1973 nas universidades francesas.

Instaurada a História das Mulheres, outras questões foram trazidas à baila, pois os historiadores sociais interpretaram a mulher como uma categoria homogênea, “eram pessoas biologicamente femininas que se moviam em papéis e contexto diferentes, mas cuja essência não se alterava” (SOIHET & PEDRO, 2007:5). Surgiram, então, tensões e a “diferença” tornou-se um termo a ser analisado, demonstrando a impossibilidade de se pensar em uma identidade comum entre as mulheres. A existência de mulheres negras, brancas, mestiças, índias, trabalhadoras, ricas, pobres, chamavam a atenção para uma diferença dentro da diferença, na qual o antagonismo homem versus mulher não era mais suficiente para explicar

¹Pós-graduada em História Social e Cultural do Brasil do Centro de Estudos de Pós Graduação e Pesquisa-CEPOPE da Fundação Educacional Unificada Campograndense-FEUC. E-mail: cassiarodrigues@yahoo.com.br



ANAIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO
ISBN 978-85-65957-00-7

as relações entre sexo. Nesse sentido é que surge o conceito de *Gênero*, utilizado em Ciências Sociais como “a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos.” (*Ibidem*:6). Linda Nicholson, ao se reportar às origens do termo, destaca que na época da primeira fase do feminismo a idéia que prevalecia era que a distinção entre masculino/feminino era causada pelos “ ‘fatos da biologia’ e expressada por eles”, já as feministas do final dos anos 60 se utilizaram da “idéia da constituição social do caráter humano” para desconstruir o primeiro conceito. (NICHOLSON, 2000:2).

Inúmeras questões, no entanto, emergem do conceito de “gênero”, não sendo possível aqui realizarmos uma reflexão mais aprofundada sobre o mesmo. Somente torna-se importante destacar que *gênero* tornou-se um importante contribuinte para o estudo do feminino, no sentido que ressalta que nenhuma compreensão de qualquer um dos sexos poderá existir sem que eles sejam estudados separadamente. Natalie Davis acrescenta ainda que há a necessidade da elaboração de um estudo tanto de homens como de mulheres e não somente do “sexo sujeitoado”. (Cf. SCOTT, 1995:72)

Por se constituir um campo de estudo relativamente recente, a História das Mulheres ainda apresenta algumas deficiências, tais como abordagens que privilegiam o estudo do corpo, da sexualidade e, principalmente, o discurso da dominação e opressão. Sendo o último, um dos temas mais trabalhados nesse campo. Em contraposição a esses, estão àqueles estudos que atribuem às mulheres os papéis de rebeldes na qual esta é vista como astuta, perigosa ou como aquela que está sempre tramando para burlar proibições.

A presente pesquisa, inserida naturalmente no campo História Cultural, tem o objetivo de superar a dicotomia vitimação x rebeldia, inserindo-se no meio destes pólos, onde a atuação da mulher na sociedade em busca da aquisição de seu espaço e as formas utilizadas por esta para resistir à opressão de sua época, pretende ser investigada. Optamos por utilizar como modelo de análise, as escritoras dos jornais femininos publicados a partir da segunda metade do século XIX, por serem representantes das classes tidas como dominantes, mulheres letradas pertencentes à elite da Corte Imperial. Juntamente com essa análise, pretendemos traçar um esboço da sociedade do século XIX e da constituição da condição feminina nesse período, ao passo que é estabelecida uma discussão sobre as relações de gênero. Destacamos



ANAIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO
ISBN 978-85-65957-00-7

como importantes para o estudo do feminino, as abordagens pioneiras de Natalie Zemon Davis, Michelle Perrot e os trabalhos de Mary Del Priore. Todavia, nos apoiamos, principalmente, nas obras de Rachel Soihet, *Condição Feminina e Formas de Violência Urbana* e da historiadora norte-americana, June Hahner, *A Mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas*, por fazer uma abordagem da mulher brasileira com sua luta pela sobrevivência, mas, sobretudo, de busca por alteração da condição de resignação reservada a elas por séculos.

Breve Panorama da Condição Feminina no Século XIX

Na Sociedade

Durante séculos, a figura feminina foi normalmente interpretada e igualmente propagada como símbolo de submissão pela sociedade, que nas mãos do homem, tornou-se a grande colaboradora na tarefa de disseminar a superioridade masculina.

No Brasil do século XIX era intenção masculina demarcar posições: Ele, o sexo forte, viril, possuidor de autoridade, respeito e dotado de razão. Ela, o oposto, o sexo frágil, destinada à submissão pelo resto de sua vida, fraca, ociosa, dominada por seus sentimentos. Segundo as idéias de Gilberto Freyre, precursor do modelo patriarcal, deveria haver “o máximo de diferenciação de tipo e traço entre os sexos” (FREYRE, 2003:207).

O mesmo século foi marcado por inúmeras transformações na sociedade brasileira, podemos apontar, entre essas, a valorização do modelo de família burguesa, símbolo de modernidade e de civilização, onde a intimidade e o privado eram valorizados e o universo familiar restringia-se ao marido, esposa e filhos. Nesse contexto, a burguesia ditava as vivências familiares e domésticas, na qual a mulher estava inserida e era sua principal protagonista. O ideal de feminilidade a ser buscado ou preservado era o de uma esposa devota ao lar e ao marido e mãe exemplar, tornando-se assim uma peça chave para a manutenção do modelo familiar nuclear em ascensão. Cabe ressaltar que, essa mulher só era considerada como uma importante peça dentro do maquinário, que era a sociedade burguesa, quando atendia aos padrões dessa sociedade. Das mulheres, sobretudo as da elite, passa a depender o



ANAIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO
ISBN 978-85-65957-00-7

sucesso da família, seja para a preservação do nível e prestígio social ou para elevação do seu status.

A redefinição do papel da mulher é imensamente divulgada em vários meios, seja pela imprensa, nos meios acadêmicos ou na medicina. Ao nos reportarmos à imprensa, temos como exemplo uma citação em tom irônico contido no artigo intitulado “Com as damas” da *Revista Ilustrada* de Ângelo Agostini, de 1886 que tratava da reivindicação feminina por maior participação na sociedade:

Não será da nossa parte que as legítimas aspirações do sexo gentil, da mais simpática e metade do gênero, encontrarão qualquer embaraço, por mais insignificante que seja, à sua justa expansão. Confiamos muito no bom senso e na inteligência servida pela educação para rezear que as mães, as irmãs e as esposas, abandonando a serenidade dos lares, se atirem à política e aos meetings, obrigando-nos a velar pela cozinha e pelos recém-nascidos. Não! A mulher manter-se-á na órbita que lhe convém e, se alguma exceção houver, estamos certos que esse papel ficará reservado às sogras. (SOIHET, 2004:14)

Quando não era posta como principal personagem na proposta de construção da família burguesa, a mulher era vítima de críticas nos inúmeros jornais e revistas publicadas ao longo dos séculos XIX e início dos XX. Crônicas sobre a inversão dos papéis, charges ridicularizando o movimento para a emancipação feminina e até caricaturas maldosamente desenhadas sobre tipos feministas eram, freqüentemente, vistas nos meios de comunicação com o objetivo de deter uma possível liberdade feminina tida como incompatível com o ideal de beleza, meiguice e resignação, características tomadas como naturais da mulher, conforme o descrito no mesmo artigo.

Também nas obras literárias vemos o endosso do papel exemplar da mulher em Machado de Assis no romance “Esaú e Jacó”. Nele revela-se o adorno da figura da mulher mãe que, ao mesmo tempo em que é fragilizada, torna-se uma fortaleza, recebendo até mesmo ares de santificação através do sofrimento, contrastando com comportamento do pai, que se dedicava integralmente ao trabalho, como descrito: “Contrariamente à esposa, que cuidava somente da grandeza futura dos filhos, Santos pensava no conflito passado” (ASSIS, 1998:42) As palavras de Freyre, mesmo sendo vistas com cautela pela historiografia mais recente,



ANAIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO
ISBN 978-85-65957-00-7

podem nos servir de exemplo para ilustrar o que se esperava de uma mulher fosse ela solteira ou casada, sobretudo:

(...) não se queria ouvir a voz na sala, entre conversas de homem, a não ser pedindo vestido novo, cantando modinha, rezando pelos homens; quase nunca aconselhando ou sugerindo o que quer que fosse de menos doméstico, de menos graciosos, de menos gentil; quase nunca metendo-se em assuntos de homem.. (Ibidem: 224)

Verificamos, assim, a forte influência do imaginário social da época, concebido como esquema de significação, quando se dispõe a ser “uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder” (Baczko. *apud* MACENA, 2010:135).

Na Medicina

A mulher foi objeto de estudo e também alvo de preconceito por parte da medicina brasileira principalmente a partir da década de 1830. Políticas públicas que visavam transformar a cidade antes colonial e agora sede da Corte em uma nos moldes europeus foram adotadas. Essas políticas contendo também medidas higiênicas abrangeram a família que, a essa altura, estava também sendo reformulada sob o parâmetro das famílias burguesas européias. Para isso, conforme citado anteriormente, a mulher que constituía “peça importante no maquinário que era sociedade burguesa” em emergência, tornou-se tema freqüente dos estudos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e das novas idéias sobre higiene e saúde que se espalharam pouco a pouco entre as famílias das classes altas e objetivavam a construção de uma classe sólida, cumpridora das leis e dos costumes. Teses com os seguintes títulos: *Considerações higiênicas e médico-legais sobre o casamento relativamente à mulher, Aleitamento materno, Dissertação sobre puberdade da mulher, Da menstruação*, eram largamente produzidas neste período. Como pode ser comprovado pelos títulos, possuía sempre como objeto de pesquisa o universo feminino, demonstrando que a mulher era alvo de preocupação ou constituía até mesmo uma ameaça para a sociedade em construção caso não fosse devidamente doutrinação através de regras, normas e convenções.



ANAIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO
ISBN 978-85-65957-00-7

Podemos ainda elencar outros estudos, como por exemplo, acerca da análise das diferenças do tamanho do crânio de homens e mulheres que vinham sendo interpretados por antropólogos durante muito tempo como sendo marcantes para comprovar a diferença entre esses dois sexos, em semelhança àqueles estudos que procuravam comprovar diferenças entre brancos, negros e orientais. Pois sendo o objeto de comparação o cérebro, que é maior no homem e no branco cedem lugar às interpretações que sugerem uma suposta superioridade de sexo e de raça. No que concerne à capacidade intelectual da mulher descreve Jurandir Costa Freire:

Ela foi formada para sentir, como o homem foi criado para pensar; superior a ele em sagacidade e prontidão em compreender; é, contudo muito inferior em raciocínio e reflexão: aquelas que têm apresentado uma inteligência superior têm sido sempre à custa de suas qualidades femininas. (COSTA, 1989:28)

Nota-se, através destes discursos, a presença de um grande número de adjetivos, expressões e idéias que hoje consideramos pejorativas a respeito da mulher. Em geral, eram reconhecidas e admiradas numa dama, virtudes como a fraqueza, doçura, sensibilidade, indulgência e acima de tudo submissão.

No Direito

A situação jurídica da mulher constitui uma das maiores transformações ocorrida no Direito de Família.

O modelo de família ocidental que perdurou durante muitos anos, de base patriarcal, derivava-se da civilização romana e estava presente também em muitas sociedades primitivas. Nele, a mulher estava em plano secundário, não possuía equiparação de direitos com o homem, *propter sexus infirmitatem et ignorantiam rerum forensium*. Na condição de filha, era considerada incapaz, sem recursos próprios e sem independência, *alieni iuris*, quando dada em casamento passava do domínio do pai para o marido ficando sob a tutela deste e permanecendo em condição de inferioridade por toda a sua vida. Enfim, na sociedade romana as principais virtudes requeridas de uma mulher eram: “ser casta e fiar lã”. (PEREIRA, 2004:11)



ANAIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO
ISBN 978-85-65957-00-7

Na sociedade burguesa, a mulher foi descobrindo a esfera pública, aprendendo a ser sociável como se requeria aquela época e sua imagem foi remodelada segundo os padrões impostos por essa sociedade, padrões esses que eram os das classes dominantes. Dessa mulher era exigida a abstenção de qualquer atitude que pudesse macular a sua imagem, a de seus pais ou a de seu marido. Sua pessoa era constantemente vigiada e posta à análise da sociedade.

Neste sentido, todas as mulheres que não estavam sob este modelo de conduta, eram consideradas como desordeiras e vistas como “aquelas que não realizam o ideal sexual do amor matrimonial e da maternidade: as solteiras, as libertinas, as prostitutas e as apaixonadas todas aquelas cuja sexualidade não é posta para gerar filhos no interior da família institucional” (SOIHET, 1989:116). Em atendimento a essa proposta é que o Código Penal de 1890 faz a diferenciação entre mulher honesta e desonesta. Como exemplo do que vivenciavam àquelas que se encaixavam no segundo grupo, temos o crime de estupro, na qual o réu receberia maior ou menor pena de acordo com a classificação da vítima e não com a gravidade do delito. Quando se tratava de adultério, a mulher era punida com prisão celular por um a três anos enquanto o marido, somente se ele mantivesse uma concubina “teúda e manteúda”. Ao homem, era dada a liberdade para que este exercesse sua sexualidade, desde que não ameaçasse o patrimônio familiar.

Distinção como essa constituía apenas uma amostra de como se configurava a situação jurídica da mulher que perdurou durante muitos anos, tendo em vista que esta também era privada de direitos que lhe permitiriam exercer sua cidadania como o poder votar, direito que foi expurgado da Constituição do Império de 1824 e da República de 1891, situação que permaneceu até as primeiras décadas do século XX.

Resistindo no Cotidiano

É no contexto de uma sociedade como a delineada acima que estas mulheres usaram de algo que para elas era uma questão de sobrevivência: ou resistiam ao regime opressor ou ficariam restritas eternamente aos papéis que as acompanham a séculos, os de esposa e mãe.

Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa de Antônio de Moraes Silva (1789), o significado para *resistência* é “reacção, força, que huma coisa oppõe a outra, que se move



ANAIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO
ISBN 978-85-65957-00-7

contra ella, (...) da vontade que nega, e repugna consentir, soffrer, obedecer.”(SILVA, 1789:612). Podemos verificar a presença de uma “reação ou oposição” às forças dominantes em qualquer classe, com manifestações peculiares e dinamismo próprio em cada uma delas. No entanto, é importante salientar que a intensidade dessa reação ou oposição varia de classe para classe. Nesse sentido, delineamos a seguir algumas formas de resistência exercidas por mulheres, a maioria delas pobres, mas também por mulheres pertencentes às classes dominantes. Dentre as formas mais comuns, estão as denúncias de maus tratos do cônjuge, o trabalho exercido fora do lar com o objetivo de auxiliar na economia familiar ou no próprio sustento da casa, as sociedades abolicionistas femininas e, finalmente, os escritos femininos, mas precisamente a imprensa, que constitui o objeto de nosso estudo.

Deve-se ressaltar que as duas primeiras formas de resistência descritas acima são percebidas principalmente nos setores subalternos. É nele que veremos exemplos atípicos àqueles tido como modelos na época: o de mulher submissa e ociosa.

No caso dos processos de agressão física, isto pode ser comprovado por Rachel Soihet ao afirmar que:

(...) ao contrário do usual, as mulheres vitimadas rebelaram-se e reagiram aos maus tratos numa violência proporcional, precipitando soluções extremas, mais uma vez desmentindo os estereótipos correntes de atitudes femininas. (SOIHET, 1989:257)

Percebemos nos casos acima descritos, a discordância com um sistema que legitimava a subordinação feminina. Outro fator importante a destacar é que o estereótipo do marido dominador e da mulher submissa, mais característicos, naquela época às classes dominantes não se aplicava totalmente às demais camadas da sociedade. Nas ruas, nos cortiços, trabalhando em “casas de família”, podia se verificar uma presença ampla de mulheres que não se encaixavam no padrão estabelecido na época, não aceitando a tradicional postura subordinada e passiva, recusando-se a suportar situações humilhantes.

(...) eram, pois, costureiras e rendeiras, lavadeiras, fiadeiras ou roceiras-estas últimas, na enxada, ao lado de irmãos, pais ou companheiros, faziam todo o trabalho considerado masculino: torar paus, carregar feixes de lenha, cavoucar, semear, limpar a roça do mato e colher. (FALCI, 2008:250)



ANAIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO
ISBN 978-85-65957-00-7

As mulheres também foram, juntamente com as crianças, importante mão-de-obra para a indústria em ascensão, como descrito por C.C.Andrews, em 1882:

No Rio, uma fábrica de algodão e lã emprega sessenta mulheres e quarenta e sete crianças como operárias. Algumas outras empregam somente mulheres. São também empregadas em fábricas de botas e sapatos. Provavelmente duas mil mulheres estão empregadas nos estabelecimentos fabris da cidade. (Andrews. apud LEITE, 1981:123)

Constituíam, assim, uma questão de sobrevivência, contribuindo simultaneamente para o desenvolvimento de um forte sentimento de auto-respeito, levando à reivindicação por uma relação igualitária com seus companheiros.

Além das operárias, outras profissões também se tornaram “trabalho de mulher”, como é o caso do magistério. Desde a sua criação, as escolas normais estavam recebendo e formando mais mulheres do que homens e isto estava se tornando uma tendência em várias regiões do Brasil. O feminino começou, então, a fazer-se presente em profissões antes nunca imaginadas, as chamadas profissões liberais, como vemos no trecho de um relato de 1889 de Marie Robinson Wright (apud LEITE 1981:138):

Existem algumas mulheres profissionais que, sem qualquer ostentação de “idéias avançadas” estão, pouco a pouco, abrindo seu caminho na dianteira. São Paulo tem uma médica bem sucedida e existem duas, com boa clientela, no Rio de Janeiro. Na carreira jurídica, existem promotoras que gozam de posição assegurada entre os melhores (...).(Wright apud LEITE,1981:138)

Mulheres ainda mais ousadas e dispostas a enfrentarem desafios totalmente atípicos à sua época foram aquelas que participaram das sociedades abolicionistas. A Liga de Mulheres para a Libertação de Escravos surgiu primeiramente em São Paulo, mas logo depois organizou-se também no Rio de Janeiro e em outras províncias por volta da década de 1870. Nestes clubes havia, além da presença de mulheres de classes altas, mulheres negras e das camadas mais baixas da sociedade. E a partir desta década, vão se tornando cada vez mais comuns libelos e comentários de mulheres, algumas discursavam em praça pública e outras artistas apresentavam espetáculos visando à emancipação dos escravos.

A presença do sexo feminino tornou-se cada vez mais freqüente nos espaços públicos, antes destinados aos homens ou no máximo na companhia destes. As mulheres pobres foram



ANAIIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO
ISBN 978-85-65957-00-7

as primeiras a ingressarem nestes espaços a fim de garantir seu sustento, mas, logo tal fato começou a se estender também às mulheres da elite.

Atividade igual ou mais aventureira foi a exercida pelas protagonistas desse estudo, as escritoras do século XIX. Com o intuito de escaparem ou fazerem frente às definições masculinas que as colocavam como históricas ou incapazes, essas adquiriram autonomia para “propor alternativas à autoridade que as aprisionava”. (TELES, 1999:34). Primeiramente, precisavam aprender a ler e escrever em uma época em que lhes era negada qualquer educação a não ser a das prendas domésticas. Depois, necessitavam ter o conhecimento do que sobre elas se escrevia, mas apesar de todos os obstáculos, o século XIX foi muito produtivo com relação à literatura feminina, tanto na Europa quanto nas Américas. Inúmeros exemplos podem ser citados como Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo adotado por Dionísia de Faria Rocha, escritora de *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*, de 1832, entre outros que se utiliza da escrita para reivindicar igualdade e educação para as mulheres. A escritora em questão, por exemplo, diz que “certamente o Céu criou as mulheres para um melhor fim, que para trabalhar em vão toda a sua vida.” (TELLES, 2008:406)

Em Porto Alegre, em 1845, é publicado o livro *Ramalhete ou Flores Escolhidas no Jardim da Imaginação* de Ana Eurídice Eufrosina de Barrantas que se utiliza de idéias semelhantes às de Nísia Floresta que defendia a participação da mulher na política. Outro exemplo importante é o de Maria Firmina dos Reis, maranhense, nascida em São Luís em 1825, foi autora de *Úrsula*, considerado o primeiro romance de uma autora brasileira. Maria Firmina participou da vida intelectual do Maranhão, publicando livros e participando de coletâneas.

De toda literatura feminina, talvez os escritos mais progressistas foram os jornais escritos exclusivamente por mulheres, a chamada *imprensa feminina*, muito atuante no século XIX. Surgiu na segunda metade dos oitocentos, sendo que o Brasil foi o país latino-americano no qual houve maior empenho do jornalismo feminino. Os jornais produzidos por essa imprensa constituem um material muito expressivo, pois, através deste, podemos ter acesso ao que estas mulheres pensavam e reivindicavam.



ANAIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO
ISBN 978-85-65957-00-7

Data de 1852 o aparecimento daquele que é considerado o primeiro jornal feminino: *O Jornal das Senhoras*, editado por Joana de Paula Manso no Rio de Janeiro. Esse jornal teve o mérito de alertar as mulheres para suas necessidades e capacidades, embora enfatizasse que o papel principal da mulher era o de “‘amar e agradar os homens’ colocando os interesses da família acima de todos os outros”. (TELES, 1999:34)

Maria Amélia de Almeida Teles descreve, no entanto, que o jornalismo mais avançado, foi sem dúvida aquele expresso pelo semanário *O Sexo Feminino*, dirigido por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, editado inicialmente em Campanha da Princesa, Minas Gerais, sendo seu primeiro número publicado em 07 de setembro de 1873, mas tarde transferido para o Rio de Janeiro. Francisca dirigiu-se às mulheres para que todas tomassem consciência de sua identidade e de seus direitos, lutando juntamente pelo direito ao voto e pela abolição da escravatura.

Na década de 1870 surgiram novos periódicos como o *Eco das Damas* de Amélia Carolina da Silva Couto, lançado no Rio de Janeiro em 1879 que defendia a igualdade da mulher e seu direito à educação. Em 1888, foi lançado outro jornal também denominado *A Família*, em São Paulo dirigido pela feminista Josefina Álvares Azevedo que ano seguinte foi transferido para o Rio de Janeiro e tinha como bandeira a defesa do direito ao voto e lançando apelos aos homens para que também abrissem caminhos para a educação feminina.

Durante o século XIX surgiram outros jornais além dos mencionados aqui, porém, nos deteremos na análise de *O Jornal das Senhoras* e *O Sexo Feminino*, considerados mais relevantes para a nossa problemática.

As mulheres apresentadas nesse tópico nos remetem a modelos distintos daqueles que vigoravam no período dos oitocentos que eram o da mulher como sinônimo de fragilidade. Tais exemplos servem para evidenciar o objetivo de nosso trabalho, o de que a submissão e a passividade não eram partilhadas por todas as mulheres e que havia um grande contingente de figuras femininas inclusive nas camadas mais elevadas da sociedade em quem não existia esse conformismo.



ANAIIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO
ISBN 978-85-65957-00-7

A Veiculação dos Jornais Feministas do Século XIX como Instrumento de Reivindicação.

Evocando novamente o significado para resistência apresentado pelo Dicionário Moraes Silva, temos: “vontade que nega, e repugna consentir”, podemos perceber atitudes mais intensas de negação aos costumes vigentes nas camadas mais pobres da população, pois conforme afirmado anteriormente, isso constituía uma questão de sobrevivência. Apesar desta assertativa, o presente estudo tem a finalidade de elucidar que as mulheres da elite, como é o caso das jornalistas feministas, também atreveram-se a lutar por seus direitos e de seus pares, contrariando o que era vinculado na época que não deveria se ouvir publicamente a voz de uma mulher honesta.²

A imprensa feminina surgiu no Brasil no período entre séculos (segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX), mas somente torna-se um pouco mais respeitada nas primeiras décadas do último, e apesar de não constituir um objeto de interesse da historiografia literária, a literatura feminina foi uma presença constante nos periódicos oitocentistas.

Permeada em sua maioria por entretenimentos como romances, peças de teatros, modas e culinária, esse tipo de literatura tinha como principal objetivo esclarecer e conscientizar as leitoras de seus direitos e, já no final dos oitocentos, chegaram a fazer reivindicações bastante incisivas.

As jornalistas do final dos dezenove consideravam a imprensa um importante meio de difusão do saber e “insistiam para que as mulheres lessem jornais para conhecerem seus direitos e obrigações” (HAHNER, 1981:51). Os direitos buscados por elas eram, sobretudo o direito à educação, em seguida o direito à profissão e mais tarde o direito ao voto. O direito à educação normalmente era associado ao casamento para poder melhor educar os filhos,

² Com a reorganização da família segundo os moldes da classe burguesa em emergência no século XIX, as mulheres tiveram de aprender a comportar-se em público e portar-se de maneira educada e decente, virtudes de uma mulher considerada honesta. Para a época, uma mulher decente deveria estar “olhando sempre para o chão e respondendo por monosylabos.” (*O Jornal das Senhoras*, 1º de janeiro de 1852, p.6)



ANAIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO
ISBN 978-85-65957-00-7

decorrendo desse, o direito à profissão e somente no final desse século é que se vê a busca pelo direito ao voto, sendo esse, o principal mote do feminismo durante muitos anos.

Podia-se notar a presença de jornais feministas do norte ao sul do Brasil, alguns foram passageiros mais todos atentos às publicações e ações das mulheres. Dentre eles podemos destacar: *O Jornal das Senhoras* (1852), de Joana de Paula Manso editado no Rio de Janeiro, *O Belo Sexo* (1862), dirigido por Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, publicado também no Rio de Janeiro, *O Sexo Feminino* (1873), de propriedade de Francisca Senhorinha da Motta Diniz, em Minas Gerais e mais tarde transferido para a Corte. Ainda na década de 1870 surgiu, *O Domingo*, editado no Rio de Janeiro por Violanta Atalipa Ximenes de Bivar e Vellasco, o *Jornal das Damas* e o *Eco das Damas*, de Amélia Carolina da Silva Couto, ambos de circulação na Corte. Já no final do século são editados *Primavera* (1880) e a *Voz da Verdade* (1885), estes tiveram uma pequena duração. O *Direito das Damas* (1882), de Idalina D'Alcântara Costa, no Rio de Janeiro, *A Família* (1888) dirigida por Josefina Álvares de Azevedo, no Rio de Janeiro e finalmente a Revista *A Mensageira* (1897), dirigida por Prisciliana Duarte de Almeida, em São Paulo.

O Jornal das Senhoras foi o primeiro jornal feminino de efetiva importância, lançado em janeiro de 1852, foi fundado e dirigido por Joana de Paula Manso de Noronha. Editado aos domingos, tinha como subtítulo “*Modas, Literatura, Belas Artes e Crítica*”. E é esta crítica que nos é relevante, como demonstrado na declaração dos objetivos deste periódico que eram “propagar a ilustração e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher”. (*Jornal das Senhoras*, 28 de janeiro de 1855, p.4). Esta seria a tônica que iria perpassar todos os jornais femininos: a busca por uma melhor instrução para as mulheres o que proporcionaria, segundo elas, inúmeras conquistas.

Joana de Paula Manso, argentina de nascimento, foi uma mulher muito atuante. Chamada em sua pátria de “La loca” por ser uma mulher que não compactuou com o *status quo* de sua época. Por este motivo, ficou esquecida como tantas outras, como alegado por Zahidé Lupinacci que o esquecimento das escritoras feministas foi um “esquecimento político” (MUZART, 2003:227). De forma geral, afirma ainda a autora, no mesmo artigo, que



ANAIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO
ISBN 978-85-65957-00-7

“todas ficaram esquecidas, militantes ou colaboracionistas, senhoras ou cortesãs!” (*Ibidem*: 227) desde fizessem ecoar suas vozes na defesa de seus direitos.

A editora de *O Jornal das Senhoras* reconhecia que sua tarefa não era uma das mais fáceis, principalmente no que diz respeito ao espanto que seria para a sociedade ter uma mulher a frente de um jornal, como mencionado por ela na primeira edição do jornal: “Ora, pois, uma senhora à testa da redação de um jornal que bicho de sete cabeças será?”. (*O Jornal das Senhoras*, 1º de janeiro de 1852, p.1). *O Jornal das Senhoras* foi o primeiro jornal redigido totalmente por mulheres e que trazia uma inovação: ser um canal para as reivindicações femininas, tornando-se uma voz audível para àquelas que viveram mudas durante toda a sua vida. Sua luta estava alicerçada nas idéias de progresso que fervilhavam no século XIX, o “século das luzes”, e a América do Sul não poderia ficar isolada, especialmente o Brasil, “quando o mundo inteiro marcha ao progresso e tende ao aperfeiçoamento moral e material da sociedade”, palavras de D. Joana. (*O Jornal da Senhoras*, 11 de janeiro de 1852).

Em um de seus primeiros números a redatora faz um breve relato de quem ela é e quais as suas intenções na direção deste jornal. Em um de seus trechos, ela profere: “Já sabeis que me proponho a escrever.(...) Fallar uns direitos, na missão da mulher, na sua emancipação moral” (*O Jornal das Senhoras*, 14 de janeiro de 1852, p.1). No artigo intitulado “*Emancipação Moral da Mulher*”, do mesmo número, ela define o que vem a ser esta emancipação segundo seu entendimento, termo presente em boa parte dos exemplares.

Emancipação moral da mulher- o que vem a ser isto?

Ai! Que temos revolução, dirão por ahi...

Sossegai.

Não se trata de levantar o estandarte da rebelião

Mas deixemos estas digressões; o que vem a ser essa tal emancipação da mulher?

Eu vo-lo digo: é o conhecimento verdadeiro da missão da mulher na sociedade; é o justo gozo de seus direitos, que o brutal egoísmo do homem lhe rouba, e dos quais a desherda...

*Sim, a mulher conhece a injustiça com que é tratada e reconhece perfeitamente a tirania do homem, não é a ellas a quem temos de convencer da necessidade de sua emancipação moral. (*Ibidem*: 2)*

Vemos que Joana Paula Manso define o termo “emancipação moral da mulher” como “conhecimento verdadeiro da missão da mulher na sociedade e o justo gozo de seus direitos,



ANAIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO
ISBN 978-85-65957-00-7

não desejava ela uma “guerra entre os sexos” ou uma rebelião. Segundo ela, os homens representavam o verdadeiro problema, seriam eles os responsáveis pelo tolhimento dos direitos femininos. Apesar disso, percebemos cautela em suas palavras mesmo diante de tanta inovação. Os números seguintes do jornal indicam que as declarações de D.Joana causaram certa inquietação nos (as) leitores (as), ou que elas não foram perfeitamente compreendidas como era o seu objetivo, pois a mesma relata que iria fazer novamente uma declaração formal sobre o que seria de fato esta emancipação tão defendida por ela, caso contrário, afirma ela: “são capazes de suppor que eu quero o fim do mundo”. (*O Jornal das Senhoras*, 25 de janeiro de 1852, p.27). Prossegue a mesma:

Não entendo por emancipação moral da mulher [sic] à proteção dos homens, sempre que essa proteção tenha por base a amizade será justa (...)

Não entendo por emancipação moral da mulher, a suspensão da obra das gerações; querer isto seria querer entronizar os vícios mais degradantes da humanidade.

Não entendo por emancipação moral da mulher subtrahida à sua missão marcada pelo Creador- a mãe e a esposa. Nem quero tão pouco que a mulher seja soldado;

- Nem empregado público;

- Nem oficial da Marinha;

- Nem Ministro do Estado;

- Nem doutor graduado em leis, com quanto deva Ella conhecer as do seu próprio país, por que tem de educar os filhos no espírito da lei...

Nem entendo por emancipação que Ella abandone o lar doméstico. Não quero na mulher o espírito das espartanas. (Ibidem:28)

Notamos a preocupação da redatora do *Jornal das Senhoras* em acalmar seus leitores (as) demonstrando que ela não estava pregando uma rebelião feminina ou uma negação dos papéis exercidos pela mulher. Alerta para que os leitores não pensassem que ela estava fazendo uma apologia à masculinização da mulher, o que para nós pode parecer um retrocesso em sua declaração. É importante lembrar, porém, que tais afirmações devem ser analisadas à luz do contexto em Joana Paula vivia, só assim poderemos compreender que suas propostas constituíam uma verdadeira novidade para a época. Dessa forma, a mesma conclui esclarecendo de forma definitiva o que é a emancipação moral da mulher para ela:

Emancipação moral da mulher no meu limitado entender é:

- Sua ilustração.

Não entendo por ilustração suas habilidades fúteis:



ANAIIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO
ISBN 978-85-65957-00-7

A ilustração da mulher deve entender-se em primeiro lugar:

- Uma religião;
- O verdadeiro conhecimento que cada creatura tem para consigo mesmo e as subdivisões dos deveres da mulher:
- como filha;
- como esposa;
- como mãe. (*Ibidem*:28)

Seus anseios não incluíam uma transgressão dos papéis de esposa e mãe, mas sim uma maior igualdade de direitos. Para ela, era a mãe a responsável pela educação dos filhos e das gerações futuras, sua instrução seria a única forma pela qual as mulheres poderiam “ter outra influência que não seja sobre as panellas”. (*O Jornal das Senhoras*, 11 de janeiro de 1852, p.14). Uma mulher instruída estaria mais apta a desempenhar esses papéis, mas era necessário melhorar a educação feminina e os homens deviam deixar de considerá-las “como sua propriedade”, uma de suas grandes reivindicações (*Ibidem*:12-13)

O tema educação da mulher permeia praticamente todas as edições do jornal, aqui ele é defendido pela Baronesa**³, porém com um acréscimo que era de uma “instrução mais variada e séria”:

*Parece-me oportuna a ocasião para oferecer à reflexão das senhoras fluminenses algumas ligeiras considerações sobre a necessidade de se exigir para nossas filhas o ensino de instrução mais variada e séria do que a que até hoje aprendem nos colégios a que confiamos. (...) porventura, toda instrução necessária para uma senhora será saber fazer uma má leitura e fraca tradução de uma ou mais línguas e distinguir notas de música para cantar pelos sons tirados do piano? E aonde se ensina mais do que isto? Aonde se procura cultivar o espírito e a inteligência de uma menina para que seja uma verdadeira senhora? (*O Jornal das Senhoras*, 28 de janeiro de 1855, p.9.)*

A mesma exigia o acesso a um ensino mais completo não somente o oferecido pelas “escolas de primeiras letras” que consistia:

(...) ensinar a ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais a doutrina cristã, nisso consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas que logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura. (LOURO, 2008:444)

³ Acreditamos que a personagem em questão não quis identificar-se, por isto o uso do asterístico. Atitudes como esta, tratava-se de algo corriqueiro no que diz respeito às mulheres que eram colunistas de jornais, pois constituía um meio de evitar preconceitos.



ANAIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO
ISBN 978-85-65957-00-7

O que ela também demandava era uma instrução compatível à masculina, permitindo também às mulheres o acesso ao ensino superior e não somente ao um ensino básico que somente as preparava para exercer o trabalho doméstico.

Devemos pontuar que, embora o tema central de *O Jornal das Senhoras* fosse a emancipação feminina, essa não deveria ser entendida tal como conhecemos hoje. Joana Manso apregoava que suas companheiras possuíssem antes de tudo ilustração, o que ela compreendia por verdadeiro conhecimento de sua condição, primeiramente como pessoa, depois de seus deveres como filha, esposa e mãe. Dessa ilustração decorreria o “justo gozo de seus direitos” que ela declarava como sendo impedido de ser exercido pelos homens. Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco, a segunda redatora do jornal que D.Joana lhe passou as mãos por motivos financeiros, deu prosseguimento ao que propunha o referido jornal. Afirmou certa vez que “a mulher cheia de instrução e da religiosidade que lhe é sempre natural” exerceria melhor “suas sagradas funções de esposa e mãe” (*O Jornal das Senhoras*, 3 de outubro de 1852,p.106-107). Pode-se resumir afirmando que elas lutavam pelo reconhecimento de seus direitos e não pela inversão de papéis.

O jornal *O Sexo Feminino* foi um dos jornais femininos que obteve mais repercussão na sociedade, surgiu em 1873, em Campanha da Princesa, Minas Gerais, por iniciativa de Francisca Senhorinha da Motta Diniz. Foi transferido para a capital em 1875, devido ao convite recebido por Francisca para ser professora na Corte Imperial. Obteve um aumento significativo no número de exemplares, enquanto que na cidade de Campanha foram vendidos 800 exemplares, no Rio de Janeiro passaram a ser vendidos quatro mil nos primeiros dez números. No entanto, o jornal foi fechado em 1876 por conta de uma epidemia de febre amarela que assolou o Rio de Janeiro e da falta de recursos.

Em 1889, às vésperas da proclamação da República, o jornal é reaberto com a tiragem de 2.400 exemplares. Logo em seguida, o jornal muda de nome, passando a chamar-se *Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, uma alusão à liberdade tão almejada também pelas próprias mulheres.

Francisca Senhorinha dá prosseguimento à mesma discussão dos jornais anteriores ao dela, que era a exigência “à educação, instrução e emancipação da mulher”. (*O Sexo*



ANAIIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO
ISBN 978-85-65957-00-7

Feminino, 07 de setembro de 1873, p.1.). Sendo as duas primeiras, a base para a desejada emancipação. Nesse número, ela afirma:

Em vez de paes de família mandarem suas filhas a coser, engomar, lavar, cosinhar, varrer a casa etc, mande-lhes ensinar a ler, escrever, contar, grammática da língua nacional perfeitamente, e depois, economia e medicina doméstica, a puericultura, a litteratura (ao menos a nacional e portugueza), a philosophia, a historia, a geographia, a physica, a chimica, a historia natural, para coroar esses estudos, a instrucção moral religiosa(...) (Ibidem:2)

D.Francisca não apenas argumentava que “as mulheres tem a necessária capacidade intellectual, para aprender todas as sciencias”, mas superariam os homens, pois possuíam mais da “precisa paciência para estudos superiores como o seião: os da physica, da pharmacia, da medicina”, (*O Sexo Feminino*, 18 de abril de 1874, p.1). Do mesmo modo, ela rompeu com crenças tradicionais com relação às diferenças entre homens e mulheres quando aponta para a superioridade feminina em algumas em áreas, como as ciências. Fato que poderia ser considerado uma ousadia para a época.

A redatora do *O Sexo Feminino* também defende a idéia da formação das mães de família para que estas pudessem preparar a mocidade de ambos os sexos posteriormente, contrariando assim idéia propagada por gerações de que as genitoras deveriam conhecer apenas as “primeiras letras,” isto possibilitaria também a abertura de vagas de emprego para as mulheres. June Hahner destaca que Francisca Senhorinha insistia que “através do trabalho e da educação correta, as moças poderiam □adquirir meios de obter o necessário á subsistência e mesmo até fortuna□ e tornar-se □independente do homen□ ” (Cf. HAHNER, 1981:55). Ela defendia a idéia “de que a dependência econômica determinava a subjugação feminina e de que uma educação melhor poderia ajudar a elevar o status da mulher.” (*Ibidem*:55).

Formem-se as mãis de família, que por seu turno vão erguer escolas e collegios, nos campos, nas villas e nas cidades; que ensinem a mocidade de ambos os sexos os sãos princípios de uma instrucção moral e religiosa e a face da sociedade se há de mudar.

Mãis de família assim formadas prepararão a mocidade que futuramente possa ornar as diversas carreiras a pode aspirar [sic].

Só há um meio de regenerar a sociedade, de mudar moralmente a face da terra [sic] é pela educação e instrucção no collegio, ou no lar doméstico por



ANAIIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO
ISBN 978-85-65957-00-7

pedagogos da escolha paterna, e isto enquanto não se preparam as mais de família. (O Sexo Feminino, 14 de setembro de 1873, p.2)

No número 4 do dia 27 de setembro de 1873, Francisca Senhorinha reconhece um progresso na mentalidade da sociedade daquela época em relação à educação da mulher.

(...) já não se depara com um pai de família que ouse impunemente dizer não é preciso, não quero que minha filha aprenda a ler, como outr'ora dizião nossos antepassados, que não compreendião para que poderia servir a educação e a instrucção.

Vemos hoje professoras lecionando em suas cadeiras públicas e particulares suas alunas, a quem distribuem instrucção e educação, e o que é mais leccionando já a meninos! (O Sexo Feminino, 27 de setembro de 1879, p.5)

Vemos também, que o pensamento de D. Francisca é similar ao da Baronesa ** de *O Jornal das Senhoras* quando alerta que as professoras recém formadas não deveriam se contentar simplesmente com um ensino básico, mas que deveriam prosseguir em sua busca pelo conhecimento.

Pois bem já que ninguém ousa pôr em dúvida a capacidade da mulher para [sic]... dando-lhe a regência de taes escolas, fazendo-a dest'arte depositaria de sua confiança official, é occasião, é tempo opportuno para do alto da imprensa clamar e convencer taes professoras de que não se contentem com a instrucção sufficiente para ensinar o – ABC-; é necessário e urgente que possuão a maior somma possível de conhecimentos o que só conseguirão com o estudo profundo methodisado. (Ibidem: 5)

O discurso de Francisca Senhorinha é carregado de inovação para a época, pois, além de reivindicar a educação para a mulher, a mesma o faz no intuito de que esta conheça seus direitos, que seja ciente dos negócios da família, para que também possa administrá-los caso necessário.

*Queremos a instrucção para conhecermos nossos direitos, e delles usarmos em ocasião oportuna;
Queremos conhecer os negócios de nosso casal, para bem administramo-los quando a isso formos obrigadas;
Queremos ser companheiras de nossos maridos, e não escravas;
Queremos saber como se fazem os negócios fora de casa;
Só o que não queremos é continuar a viver enganadas. (O Sexo Feminino, 25 de outubro de 1873, p.11)*



ANAIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO
ISBN 978-85-65957-00-7

Nota-se, enfim, que o tema educação/emancipação transcorre por todos os números tanto do *O Sexo Feminino* bem como os de *O Jornal das Senhoras*. A redatora do primeiro chamava à atenção para o fato de que a emancipação feminina não ocorreria caso não houvesse uma reformulação na forma de se educar a mulher. A mesma declara:

(...) Não estamos mais nos tempos em que o saber estava encarcerado nos claustros. (...) Vemos, graças à luz da civilização, que a verdadeira liberdade consiste na soberania da inteligência. Mas, verdade seja dita, sem se efetuar uma transformação radical e completa no regime da atual educação de nosso sexo, nada ou pouco, muito pouco, conseguiremos em benefício de nosso desideratum. (...) Precisamos pugnar pela emancipação da mulher, adquirida pela tríplice educação: física, moral e intelectual. (O Sexo Feminino, 14 de setembro de 1889, p.10)

Seu discurso também traz um diferencial importante quando se propõe a não mais atribuir aos homens a culpa pela ignorância feminina, antes preferindo atribuir a falta de conhecimento e consciência das próprias mulheres. A maioria vivia sem ter conhecimento de seus direitos, mesmo os que lhe eram devidos por lei. Logo, “esse cordeiro humilde”, precisava “deixar de subjugar-se” e de andar “sempre manietada, oprimida e dominada”. (*O Sexo Feminino*, 07 de setembro de 1873, p.7).

Após a proclamação da República, Francisca Senhorinha da Motta Diniz imediatamente mudou o nome de *O Sexo Feminino* para *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, procurando, assim, comparar através de um simbolismo, o desejo por uma liberdade plena e a conquista de direitos da mulher com a nova situação política do Brasil. O jornal passou a partir de então reservar uma coluna para tratar especialmente de questões relacionadas ao sufrágio feminino. Contudo, sua principal divisa sempre fora a “educação completa” da mulher. Francisca Senhorinha estava convicta que a sociedade brasileira não se “regeneraria” enquanto isso não ocorresse. E tal como, Josefina Álvares de Azevedo, de *O Echo das Damas*, ela sonhava com as “mulheres vivendo no mesmo patamar que os homens e ocupando todos os cargos, desempenhando todas as funções; em tudo devemos competir com os homens, no governo da família, como na direção do estado.” (*O Echo das Damas*, 07 de agosto de 1886, p. 2)



ANAIIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO
ISBN 978-85-65957-00-7

Relacionando os dois periódicos aqui analisados, é possível estabelecer um paralelo entre eles e assim caminharmos em direção às nossas considerações finais. Salientamos que o principal objetivo de ambos era a ilustração/educação da mulher. Entendemos também, que não trata-se de qualquer mulher, mas sim da mulher branca e da elite, àquela mais próxima dos ideais de “civildade” tão propagados na época. Ao relacionar os enunciados de cada um, verificamos: *O Jornal das Senhoras* entendia por educação da mulher, o real conhecimento da condição feminina, o que incluía o conhecimento dos deveres de filha, esposa e mãe. Essa educação abrangia também o reconhecimento de seus direitos, contudo fazia uma crítica à tirania do homem, acusando-os de serem responsáveis pela negação desses direitos. Defende ainda que as esposas e mães uma vez educadas poderiam exercer melhor suas funções. Percebemos assim, certo avanço ao analisarmos *O Sexo Feminino*. Francisca Senhorinha defendia uma educação formal das mulheres ou proporcionada por pedagogos escolhidos por seus pais, enquanto as mães não fossem formadas professoras. Não atribui responsabilidade aos homens pela ignorância da mulher, antes as culpa pela ausência de consciência em relação à seus direitos. Faz a promoção da formação das mães de família para que estas fundem colégios nas cidades ou no campo e cuidem da instrução de mulheres e homens. Assim, as mães educadoras poderiam até obter sua independência financeira, algo inovador para a época. É importante visualizarmos o cenário vivido pelas redatoras dos respectivos periódicos, só assim perceberemos a presença de uma transformação na mentalidade feminina, ainda que lenta, como apresentado pelo esboço acima.

Ao retornarmos ao conceito de resistência, temos: “*reação*”, “*vontade que nega e repugna consentir, sofrer, consentir*”. Observamos através de nossa análise que nossas protagonistas aqui mencionadas apresentaram uma reação e uma negação, embora de forma tímida, à opressão da sociedade à sua volta, quando ousaram expor suas idéias. Destacamos, entretanto, que essa reação não representava algo sistematizado ou planejado, nem pode ser entendida como uma subversão plena aos princípios patriarcais. A expressão “resistência feminina” por nós utilizada trata-se de um conceito novo, ainda pouco empregado pela historiografia brasileira, porém, mais aproveitado pela Sociologia e a Antropologia. Sendo assim, desejamos apontar que as pretensões desse artigo são provocar uma reflexão de que toda e qualquer “vontade que nega” ainda que presa aos valores de uma época poderá



ANAIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO
ISBN 978-85-65957-00-7

constituir uma forma de resistência, mesmo que, em nosso caso, as estratégias de convencimento dos leitores, fossem por vezes inseguras ou receosas. Todavia, é importante salientar que nem toda literatura feminista do século XIX apresentava essa “resistência” aos costumes vigentes.

A resistência dos indivíduos analisados sofreu retardos e até mesmo paralisações em alguns momentos, no entanto, é importante compreender que toda mudança na mentalidade social ocorre numa perspectiva de longa duração assim como preconizado por Nobert Elias⁴, quando o mesmo entende a história como um processo não planejado, mas vivenciado. As jornalistas feministas do século XIX deram um passo em rumo à conquista do espaço público, representando um embrião para as lutas feministas. As fontes primárias analisadas constituem apenas uma pequena amostra do quanto essas admiráveis mulheres lutaram, sofreram preconceitos e restrições, mas que inspiraram em gerações futuras, o desejo pelo reconhecimento e/ou aquisição de direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES :

O Echo das Damas, 07 de agosto de 1886, p. 2. In: HAHNER, June. *A Mulher Brasileira e Suas lutas Sociais e Políticas, 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

O Jornal das Senhoras, 1º de janeiro de 1852, p.1. PR SOR 2157[1]. Setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

O Jornal as Senhoras, 14 de janeiro de 1852, p.1. PR SOR 2157[1]. Setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

O Jornal das Senhoras, 25 de janeiro de 1852, p.27. PR SOR 2157[1]. Setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

O Jornal das Senhoras, 28 de janeiro de 1855, p.4. PR SOR 2157[2]. Setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

O Sexo Feminino. 05 de setembro de 1873, p.12 PR SOR 0075 [1]. Setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

O Sexo Feminino. 07 de setembro de 1873, p.1. PR SOR 0075 [1]. Setor de Obras Raras. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

O Sexo Feminino, 14 de setembro de 1873, p. 2. PR SOR 0075 [1]. Setor de Obras Raras. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

O Sexo Feminino, 25 de outubro de 1873, p. 11. PR SOR 0075 [1]. Setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

O Sexo Feminino. 15 de novembro de 1873, p. 15. PR SOR 0075 [1]. Setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

⁴ Para uma melhor compreensão da divisão do tempo histórico proposto por Nobert Elias, conferir ELIAS, Nobert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução Ruy Jungmann. 2. Ed..Rio de Janeiro: Zahar, 1994.



ANAIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO

ISBN 978-85-65957-00-7

O Sexo Feminino, 27 de setembro de 1879, p.5 PR SOR 0075 [1]. Setor de Obras Raras. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

O Sexo Feminino. 14 de setembro de 1889, p.10 PR SOR 0075 [1]. Setor de Obras Raras. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

OBRAS GERAIS

ANDREWS, Christopher Columbus. *Brazil, its conditon and prospects*. By C.C Andrews. New York, D. Appleton and Company, 1887 *apud* LEITE, Miriam Moreira. *A Condição Feminina no Rio de Janeiro*. Século XIX. São Paulo: Editora HUCITEC. 1981.

ASSIS, Machado. *Esau e Jacó*. 9ªed. São Paulo: Editora Ática, 1998.p.42

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989

FALCI, Miridan Knox. "Mulheres do Sertão Nordestino". In: PRIORE, Mary Del (org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1993.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento Urbano*. 14ª ed. São Paulo: Global Editora, 2003

HAHNER, June. *A Mulher Brasileira e Suas lutas Sociais e Políticas, 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LEITE, Miriam Moreira. *A Condição Feminina no Rio de Janeiro. Século XIX*. São Paulo: Edusp,1984.

LOURO, Guaracira Lopes. "Mulheres na sala de aula.". In: PRIORE, Mary Del (org). *História das Mulheres no Brasil*. 9 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MACENA, Fabiana Francisca. *Além do Modernismo Paulista: A Revista Fon-Fon e os Debates sobre a Modernidade no Rio de Janeiro da Belle Epóque. Em Tempo de Histórias*. Universidade de Brasília, PPG-HIS, n.16, jan/jul.2010. Disponível em: http://www.vsites.unb.br/ih/novo_portal/portal_his

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma Espiada na Imprensa das Mulheres no Século XIX. *Revista Estudos Feministas* jan-jun/2003. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFILE/9494/8720>
Acesso: 13.10.09 às 19:25 hs.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o Gênero. *Estudos Feministas*. v.8,n.2, 2000. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php>

PEREIRA Caio Mario da Silva. *Instituição de Direito Civil. Direito de Família*. Vol.V. 14 ed. Rio de Janeiro, Editora Forense, 2004.

PRIORE, Mary Del (org). *História das Mulheres no Brasil*. 9 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionário/edição/2>

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise. *Revista Educação e Realidade*. Jul/dez, 1995. Disponível em SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e Formas de Violência Urbana. Mulheres Pobres e Ordem Urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1989

_____. Pisando no Sexo Frágil. *Revista Nossa História*, São Paulo, Ano 1, n.3, p.14, jan.2004.

_____; PEDRO, Joana Maria." A Emergência da Pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero". *Revista Brasileira de História*. V.27, n.54, São Paulo, dez.2007, p.5. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=50102-018820070002000115&script=sci_arttext

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve História do Feminismo no Brasil*. Coleção Tudo é História. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999

TELLES, Norma. "Escritoras, Escritas, Escrituras". In: PRIORE, Mary Del (org). *História das Mulheres no Brasil*. 9 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

WRIGHT, Marie Robinson. *The new Brazil. Its resources and attractions historical, descriptive, and industrial*. Philadelphia, George Barrie. London, C.D. Cazenove & Son, Paris, 1901, *apud* LEITE, Miriam, Moreira. *A Condição Feminina no Rio de Janeiro. Século XIX*. São Paulo: Editora HUCITEC. 1981.